



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "I" E "II" - 04/10/2009.

## **INSTRUÇÕES**

**SENHOR(A) CANDIDATO(A)**

- 1. ESTE CADERNO DE PROVA COMPÕE-SE DE UMA (1) DISSERTAÇÃO E DE CINCO (5) PERGUNTAS DISCURSIVAS.**
- 2. UTILIZE APENAS CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA. ESCREVA DE MANEIRA LEGÍVEL, EVITANDO RASURAS E RISCOS. PARA TANTO, PODERÁ SOLICITAR AO COORDENADOR DA SALA, OU FISCAL, FOLHAS DE PAPEL PARA UTILIZAÇÃO COMO RACUNHO E POSTERIOR TRANSPOSIÇÃO.**
- 3. A CONSULTA, COMO CONSTA NO REGULAMENTO, DEVE SE RESTRINGIR À LEGISLAÇÃO SECA (SEM QUALQUER ANOTAÇÃO). ABSOLUTAMENTE VEDADA, PORTANTO, A UTILIZAÇÃO DE TEXTOS LEGAIS CONTENDO EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, COMENTÁRIOS E, POR ÓBVIO, OBRAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDÊNCIAIS.**
- 4. CONCENTRE-SE E ESQUEÇA OS RUÍDOS DO ENTORNO. LEIA ATENTAMENTE AS PROPOSIÇÕES E CALMAMENTE REDIJA OS TEMAS PROPOSTOS NA ORDEM QUE LHE FOR MAIS CONVENIENTE, SEM DEIXAR DE CONTROLAR O HORÁRIO DA PROVA.**
- 5. EM HIPÓTESE ALGUMA SE IDENTIFIQUE NESTA PROVA, EXCETO NA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO (ASSINATURA), PORQUE, COMO SABIDO, A CORREÇÃO É ABSOLUTAMENTE IMPESSOAL.**

**SUCESSO!**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "I" E "II" - 04/10/2009.**

2ª QUESTÃO - MÁXIMO DE 25 LINHAS - Discorra sobre os princípios constitucionais de observância obrigatória pelo administrador público e as consequências estampadas na Constituição Federal a que estará sujeito o mencionado administrador ímprobo que desatenda tais princípios, inclusive no tocante ao ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao erário público.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "I" E "II" - 04/10/2009.**

3ª QUESTÃO (1,0) - MÁXIMO 20 LINHAS – Distinga ato administrativo vinculado de ato administrativo discricionário e, sucintamente, discorra sobre a extensão do controle judicial desse último (ato administrativo discricionário).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "I" E "II" - 04/10/2009.

4ª QUESTÃO - MÁXIMO DE 15 LINHAS - Em 10 de janeiro de 1990, A.A., representada por sua genitora P.A., ajuizou ação de investigação de paternidade em face de J.K. O demandado contestou a ação, negando a paternidade. Após o saneamento, P.A. e J.K. firmaram um acordo comum, pela qual a autora desistia da ação, em troca do recebimento de um imóvel. Tal acordo teve a anuência do Ministério Público e foi homologado judicialmente. Em abril de 1991, nova ação de investigação de paternidade, idêntica à primeira, foi ajuizada. O réu contestou, argüindo, preliminarmente, que tal demanda não poderia ser proposta, enquanto a transação não fosse invalidada. Logo após, o réu veio a falecer. O juiz recebeu a inicial e determinou, para o prosseguimento da ação, a intimação do espólio, que foi representado judicialmente pelo inventariante. A autora requereu a realização de exame de DNA. O juiz deferiu a prova pericial. No entanto, os pais do falecido se recusaram a fazê-lo, alegando que a mãe da criança era mulher de programas e que o falecido era estéril. O juiz, após o parecer do Ministério Público, julgou procedente o pedido, presumindo-se a paternidade com base na recusa da submissão ao exame de DNA, bem como fixou, de ofício, alimentos, a partir do trânsito em julgado. Responda as seguintes perguntas: **a)** o acordo, realizado pela genitora e o investigado, acerca do direito da criança, possui validade e eficácia jurídicas em relação ao incapaz?; **b)** pode o Ministério Público alegar vício daquele acordo e argüir isto, na segunda ação de investigação de paternidade, com fundamento no Direito Civil, mesmo tendo consentido com o acordo anterior que fora homologado judicialmente?; **c)** com a morte do investigado, poderia o espólio figurar no pólo passivo da relação processual?; **d)** a recusa injustificada dos ascendentes do falecido em realizar o exame de DNA deve implicar a presunção da paternidade?; **e)** havendo o reconhecimento da paternidade e a necessidade de alimentos, pode o juiz, independentemente de ação própria e de ofício, fixar pensão alimentícia, a partir do trânsito em julgado? Justifique e fundamente as respectivas respostas.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "I" E "II" - 04/10/2009.

5ª QUESTÃO - MÁXIMO DE 15 LINHAS - No dia 25/01/2009 (domingo), "A. L." (nascido em 23/08/1997), toxicômano, e "B. M." (nascido em 15/07/1995, com registro de antecedentes pela prática de atos infracionais violentos, em via pública da Comarca "X" (de Vara Única), com unidade de desígnios, previamente ajustados, praticaram ato infracional de elevada gravidade, qual seja, análogo ao crime definido no art. 157, §3º, *in fine*, do Código Penal (latrocínio). Logo após, foram eles encontrados pela autoridade policial na posse da arma utilizada para ceifar a vida da vítima, bem como do veículo subtraído (o qual foi apreendido), cujo valor aproximado era de R\$ 50.000,00. O Promotor de Justiça estava ausente da Comarca, somente naquele dia, devidamente autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça. Contudo, o Juiz estava na cidade.

Com base em tal hipótese, confirmada a prática do ato infracional, bem como do estado de flagrância e da autoria, pergunte-se:

- 1) qual(is) o(s) procedimento(s) a ser(em) adotados em relação aos autores do ato?;
- 2) podem eles ser apreendidos e responder a procedimento para apuração de ato infracional?; podem ser internados provisoriamente?; em caso positivo, onde e por quanto tempo?;
- 3) quais as medidas, dentre as previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, podem ser aplicadas a eles?; cite pelo menos 4 (quatro), definindo cada uma das citadas.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "I" E "II" - 04/10/2009.

6ª QUESTÃO - (MÁXIMO 30 LINHAS) - "A" (menor de 16 anos e representada por sua mãe) aforou em face de "B" (maior de idade e capaz), "ação de cobrança pelo rito comum ordinário", protestando, no momento procedimental oportuno, pela produção de todas as provas em direito permitidas e, principalmente, pela produção de prova testemunhal, tal qual já o havia feito antes quando intentou a ação, consoante mencionou expressamente na petição inicial.

O doutor Juiz, entretanto, entendendo dispensável naquela conjuntura processual a produção das provas, expressa e regularmente requeridas pela autora ("A"), assim como de qualquer outra prova, determinou a que a Escrivania, após o devido preparo das custas processuais, fizesse-lhe os autos conclusos, para proferir sentença (julgamento antecipado da lide).

Ao exarar o respectivo ato sentencial, o doutor Juiz, enfrentando o mérito da causa, todavia, julgou improcedente o pedido formulado na petição inicial do processo, ao fundamento de que a autora ("A") não havia se desincumbido no caso de provar o fato constitutivo de seu alegado direito, condenando-a, ademais, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

O Promotor de Justiça da Comarca recorreu dessa decisão ao Tribunal, posto que legitimada e justificada a sua intervenção no processo (cf. artigos 82, I e 83, I e II, do Código de Processo Civil, na sua conjugada inteligência).

**Você** (candidato), **partir deste momento**, é o Promotor de Justiça da Comarca e, diante das particularidades *suso* enunciadas, deverá **fundamentar** o recurso dirigido ao Tribunal e **mencionar**, alfim, que decisão almeja obter da Segunda Instância (máximo de 30 linhas, dispensando-se o relatório).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "III" E "IV" - 05/10/2009

## **INSTRUÇÕES**

**SENHOR (A) CANDIDATO (A)**

- 1. ESTE CADERNO DE PROVA COMPÕE-SE DE UMA (1) DISSERTAÇÃO E DE CINCO (5) PERGUNTAS DISCURSIVAS.**
- 2. UTILIZE APENAS CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA E ESCREVA DE MANEIRA LEGÍVEL, EVITANDO RASURAS E RISCOS. PARA TANTO, PODERÁ SOLICITAR AO COORDENADOR DA SALA, OU FISCAL, FOLHAS DE PAPEL PARA UTILIZAÇÃO COMO RASCUNHO E POSTERIOR TRANSPOSIÇÃO.**
- 3. A CONSULTA, COMO CONSTA NO REGULAMENTO, RESTRINGE-SE À LEGISLAÇÃO SECA (SEM QUALQUER ANOTAÇÃO). ABSOLUTAMENTE VEDADO, PORTANTO, A UTILIZAÇÃO DE TEXTOS LEGAIS CONTENDO EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, COMENTÁRIOS E, POR ÓBVIO, OBRAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS.**
- 4. CONCENTRE-SE E ESQUEÇA OS RUÍDOS DO ENTORNO. LEIA ATENTAMENTE AS PROPOSIÇÕES E CALMAMENTE REDIJA OS TEMAS PROPOSTOS NA ORDEM QUE LHE FOR MAIS CONVENIENTE, SEM DEIXAR DE CONTROLAR O HORÁRIO DA PROVA.**
- 5. EM HIPÓTESE ALGUMA SE IDENTIFIQUE NESTA PROVA, EXCETO NA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO, PORQUE, COMO SABIDO, A CORREÇÃO É ABSOLUTAMENTE IMPESSOAL.**

**SUCESSO!**









**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "III" E "IV" - 05/10/2009**

3ª QUESTÃO (1,0) - MÁXIMO DE 40 LINHAS - Durante julgamento pelo Tribunal do Júri o defensor alega tese de homicídio privilegiado na tréplica, quando na primeira exposição alegou tão só a legítima defesa. No exato momento da apresentação da tese inédita e por causa dela, o Promotor de Justiça solicita um aparte ao defensor, mas o Juiz Presidente intervém, diz que é possível a defesa alegar nova tese e não permite a interferência do Ministério Público. Este pede a palavra e sustenta em ata as razões de sua insurgência, o advogado argumenta contrariamente e o Juiz Presidente decide que é possível a alegação de nova tese na tréplica. Diante de tal hipótese: **a)** o que ampararia a decisão judicial de não permitir a intervenção do Ministério Público? (justifique); **b)** o que fundamentaria o protesto do Ministério Público em relação ao incidente processual? Justifique.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "III" E "IV" - 05/10/2009

4ª QUESTÃO (1,0) - MÁXIMO DE 40 LINHAS - Considere o seguinte depoimento de testemunha, prestado no inquérito policial e corroborado por outras provas periciais e testemunhais.

*“ Que o declarante em 18/12/2008, por volta das 2 horas da madrugada saiu de uma festa de confraternização e transitava pela Avenida Couto Pereira; que ao chegar no centro desta cidade e comarca de Sol do Leste/MA, em razão do grande movimento de pessoas que frequentavam os diversos bares ali existentes foi obrigado a reduzir a marcha até parar, quando se aproximou por trás um veículo Audi/SS, cor vermelha, placa AAA-1818/MA, cujo motorista inconformado por ter que parar buzinou bastante e dava sinal de luz para fazer o declarante abrir passagem, mas não era possível porque várias pessoas cruzavam a rua; que em seguida o motorista arrancou violentamente o Audi e continuou acelerando bastante mesmo se aproximando de um cruzamento até que sem parar invadiu a preferencial e colidiu com uma moto que vinha pela Rua Barão de Mauá; que viu as vítimas, que depois veio a saber se chamarem Pietro Lagony e Joset Lagony Doria, serem violentamente jogadas contra as bombas de um posto de gasolina localizado naquela esquina; que as vítimas faleceram no local e quando o socorro chegou um deles ainda respirava, mas com muita dificuldade; que o indiciado saiu atordoado do veículo e tinha hálito com cheiro forte de álcool; que soube dias depois que o bafômetro registrou 12 dg/l; que o carro estragou bastante e a motocicleta virou sucata; que o local estava bastante movimentado; que muitos veículos estavam parados nos dois lados da rua e os bares tinham filas com gente até na calçada esperando para entrar; que no interior do Audi os policiais encontraram um revólver marca Smith&Wesson, calibre .38, número de série AVT-0017; que viu a arma, era preta e tinha 06 balas no tambor; que soube que estava embaixo do banco e que ele não tinha porte; que o indiciado estava sozinho no carro; que as vítimas ficaram mutiladas conforme mostram os laudos de necropsia (fls. 45/48 e 50/53); que a arma apreendida é a mesma descrita no auto respectivo de fls. 15; que o Audi tinha película muito escura nos vidros; que não dava para enxergar nada dentro do carro; que ficou no local até a polícia encerrar a ocorrência. Nada mais”.*

Orientado pelas disposições do artigo 41 do Código de Processo Penal, elabore somente a exposição dos fatos delituosos, com todas as suas circunstâncias, bem como a classificação jurídica (capitulação legal), apontando, desta forma, quais os artigos do Código Penal incidentes na espécie.

---

---

---

---

---

---

---

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROVA DISCURSIVA - BLOCOS “III” E “IV” - 05/09/2009**

5ª QUESTÃO (1,0) - MÁXIMO DE 5 (CINCO) LINHAS PARA CADA RESPOSTA - O TSE, nas eleições municipais, realizou julgamento em que se discutia a incidência e alcance da regra do art. 14, § 7º, da Constituição da República de 1988. Pergunta-se:

**1)** o juiz eleitoral de primeira instância, ao julgar pedido de registro de candidata a prefeita, pode reconhecer a inelegibilidade em decorrência de relação estável homossexual mantida com a prefeita do município? Justifique a resposta.

---

---

---

---

---

**2)** apesar de o Direito de Família não reconhecer como entidade familiar a união estável – e outros institutos jurídicos semelhantes – entre pessoas do mesmo sexo, pode a Justiça Eleitoral reconhecer a repercussão de tal relação na esfera eleitoral? Justifique a resposta.

---

---

---

---

---

**3)** em que consiste a regra da inelegibilidade reflexa? Quais são duas (2) finalidades da proibição, segundo a doutrina e jurisprudência?

---

---

---

---

---

**4)** no que diz respeito ao cônjuge, a interpretação do dispositivo constitucional abrange outras situações não previstas expressamente? Cite dois (2) exemplos, se houver.

---

---

---

---

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROVA DISCURSIVA - BLOCOS "III" E "IV" - 05/09/2009**

**6ª QUESTÃO (1,0) - MÁXIMO DE 15 LINHAS** - Acerca do tema responsabilidade civil ambiental discorra sobre quais as formas de reparação dos danos causados ao meio ambiente, esclarecendo inclusive: **a)** se é possível a cumulação de pedidos na ação civil pública destinada a este fim e, em caso positivo, quais os pleitos viáveis; **b)** se a obrigação de reparar o passivo ambiental transmite-se ou não ao adquirente da área degradada; **c)** se a licitude da atividade que causou o dano é causa excludente ou não da responsabilidade civil ambiental, justificando a resposta. Todas as assertivas deverão conter respostas com fundamentação legal.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---